

# POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRA

[doi>10.33726/akedia2447-7656v8a52019p72-86](https://doi.org/10.33726/akedia2447-7656v8a52019p72-86)

ARAÚJO, Isabela<sup>1</sup>

ALEXANDRE, Kethi Cristina do Rosário Squecola<sup>2</sup>

CARVALHO, Celso Almeida de<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este estudo tem por objetivo analisar a política de comércio exterior brasileira. Justifica nosso trabalho, o fato de que o Brasil é o maior país da América do Sul, a segunda maior economia do hemisfério ocidental, atrás dos Estados Unidos, e a nona maior economia do mundo. Em termos de investimento direto estrangeiro nos Estados Unidos, o Brasil está entre as 18 principais fontes, e é o sétimo país que mais cresce neste segmento. Por tais motivos, o Brasil se apresenta no contexto internacional como um excelente parceiro para exportadores norte-americanos. Tendo por método uma pesquisa predominantemente bibliográfica, a hipótese de trabalho a ser testada pela interpretação da literatura, é a de que, apesar dos vários sucessos comerciais nacionais significativos, o investimento estrangeiro enfrenta obstáculos burocráticos e regulatórios. Como um dos resultados desta investigação, percebemos que, embora o setor financeiro seja diversificado e competitivo, o envolvimento do governo continua considerável e os bancos públicos ainda respondem por mais de 50% dos empréstimos ao setor privado. Outra conclusão importante é a de que, para tratativas futuras sobre este tema, pode ser válida uma averiguação sobre a facilitação do comércio sob a ótica da prioridade governamental, visto que, assim, se poderá reduzir o custo e o tempo das transações, tornando as exportações brasileiras mais competitivas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comércio Exterior. Políticas Governamentais. Exportações. Importações.

**ABSTRACT:** This study aims to analyze the Brazilian foreign trade policy. Justifying our work is the fact that Brazil is the largest country in South America, the second largest economy in the Western Hemisphere, behind the United States, and the ninth largest economy in the world. In terms of foreign direct investment in the United States, Brazil is among the top 18 sources, and is the seventh fastest growing country in this segment. For these reasons, Brazil presents itself in the international context as an excellent partner for US exporters. Using a predominantly bibliographic research method, the working hypothesis to be tested by interpreting the literature is that, despite several significant domestic trade successes, foreign investment faces bureaucratic and regulatory obstacles. As a result of this investigation, we realize that while the financial sector is diverse and competitive, government involvement remains considerable and public banks still account for over 50% of private sector lending. Another important conclusion is that, for future discussions on this topic, an inquiry on trade facilitation from the point of view of government priority may be valid, as this will reduce the cost and time of transactions, making them most competitive Brazilian exports.

**KEYWORDS:** Foreign Trade. Governmental Policies. Exports. Imports.

<sup>1</sup>Pós-Graduada: MBA em Logística Empresarial e Supply Chain, pela Universidade Paulista (UNIP), de São José do Rio Preto/SP.

<sup>2</sup>Mestre em Gestão em Saúde e em Enfermagem. Docente da Universidade Paulista (UNIP), de São José do Rio Preto/SP. Contato: kethicris@hotmail.com

<sup>3</sup>Bacharel em Administração pela UNIFEB. Contato: celsouemg@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

A política de comércio exterior brasileira trata do comércio transnacional, que visa à troca de capital, bens e serviços através das fronteiras ou territórios internacionais. Na maioria dos países, essa atividade representa uma parcela significativa do produto interno bruto (PIB).

Todos os países precisam de bens e serviços para satisfazer as necessidades de seu povo. A produção de bens e serviços requer recursos e cada país tem fontes limitadas. Por isso, nenhum país consegue produzir todos os bens e serviços de que necessita. Assim, tem que comprar de outras nações o que não pode produzir ou produz menos que suas necessidades. Da mesma forma, vende a outros interessados os bens que possui em quantidades excedentes. Igualmente, pode exportar mercadorias excedentes e que estejam com alta demanda fora de suas fronteiras.

A expressão “comércio internacional” significa que esta atividade lida com um tipo de comércio que se realiza entre dois ou mais países, envolvendo diferentes moedas, sujeitando a todos aos marcos regulatórios nacionais de cada entidade participante, tratando-se, por isso, de uma modalidade de comércio mais complexa do que aquela empreendida dentro das limitações geográficas e geopolíticas nacionais.

Modais como a industrialização, o transporte avançado, a globalização, as corporações multinacionais e a terceirização estão tendo um grande impacto no sistema de comércio internacional. O aumento do comércio internacional é crucial para a continuidade da globalização, uma vez que, sem o comércio internacional, as nações seriam limitadas aos bens e serviços produzidos dentro de suas próprias fronteiras.

O comércio internacional não é, em princípio, diferente do comércio interno, uma vez que a motivação e o comportamento das partes envolvidas num comércio não se alteram fundamentalmente, independentemente de o comércio ser feito através de uma fronteira ou não. A principal diferença é a de que o comércio internacional é tipicamente mais caro do que o comércio interno.

A razão da elevação dos preços é a de que a transposição de uma fronteira normalmente impõe custos adicionais, como tarifas, custos de tempo devido a atrasos na fronteira e valores associados a diferenças socioculturais, tais como o idioma, o sistema legal e outras particularidades culturais.

O comércio internacional consiste, basicamente, no envolvimento de duas instâncias interdependentes: o comércio de exportação e o comércio de importação. A exportação envolve a venda de bens e serviços para outros países. A importação, ao seu turno, requer as compras de outros países. Tanto numa operação quanto na outra resulta em saída e entrada de divisas.

O comércio internacional ou externo é reconhecido como o determinante e mais significativo no desenvolvimento econômico de um país: é máxima que vale, praticamente, para todos os países do mundo.

Para fornecer, regular e criar o ambiente necessário para o crescimento ordenado, vários Atos devem ser implementados.

## **REFERENCIAL TEÓRICO: CONCEITUANDO A POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRA E SEUS PERCURSOS HISTÓRICOS**

Para entender a política comercial brasileira, é necessário abarcar a trajetória histórica da balança comercial externa que, com muitos elementos favoráveis em seu percurso, deteriorou-se substancialmente, particularmente entre os anos de 1958 e 1974, como resultado da expansão industrial, que exigiu o aumento das importações de bens de capital industriais e de petróleo.

Durante 1975/76 e, novamente, de 1978 a 1982, a balança comercial estrangeira estava em déficit. A partir de 1983, o Brasil registrou superávits comerciais: US \$ 5,1 bilhões, em 1983; US \$ 11,8 bilhões, em 1984; e, US \$ 11,3 bilhões, em 1985. Essa conquista foi consequência de políticas que restringiram as importações e ofereceram incentivos substanciais aos exportadores (ALBUQUERQUE, 2006).

Entre 1963 e 1981, as exportações cresceram a uma taxa média anual de 17%, mas cresceram apenas 9,1%, especialmente entre 1982 e 1985. O café era o

principal produto de exportação do Brasil, mas, a proporção de suas receitas de exportação, caiu de 41,3%, em 1968, para 3,2%, em 2000.

Como efeito de um ambicioso programa de desenvolvimento de energia, a dependência do Brasil em função do petróleo importado caiu de um patamar de 70% de suas necessidades, em 1980, para 45%, em 1985 (AMORIN, 2010).

O ex-presidente Fernando Collor de Mello realizou vários projetos para abrir o mercado brasileiro, de modo contínuo, sendo, à época, a pedra angular das políticas econômica e comercial do Brasil. No entanto, depois de quase 30 anos de substituição de importações, que inicialmente trouxeram alto crescimento e industrialização de curto prazo, nos anos 1960-1970, esta política foi finalmente reconhecida, no final da década de 1980, como a principal culpada pelos problemas econômicos do Brasil, particularmente alta inflação e declínio industrial (CERVO, 2012).

Nos últimos anos, a maioria das barreiras não tarifárias do Brasil ao comércio, que por muitos anos significaram marca do regime restritivo de comércio do Brasil, foram eliminados ou drasticamente reduzidos. Os direitos de importação bastante reduzidos, de uma média de cerca de 50%, no final dos anos 80, para 14,2%, e um máximo de 35%.

Embora o nível geral e a penetração das barreiras não tarifárias tenham sido drasticamente reduzidos, alguns direitos de importação permanecem altos em comparação com outros países.

Enquanto os problemas de depressão / inflação dos últimos anos amortizaram o poder de compra em cerca de 50%, entre as classes média e baixa, ainda distorceram a já altamente desigual distribuição de renda: nisso, o mercado brasileiro permanece enormemente atraente para as empresas americanas (ALBUQUERQUE, 2006).

Mesmo que as barreiras comerciais continuassem a retroceder com o governo do ex-presidente Itamar Franco, que assumiu o cargo em 1992, a liberalização do comércio perdeu um pouco do seu ímpeto, dando origem a sérias preocupações em relação aos setores automobilístico, de telecomunicações e de informática. As reformas ganharam novo impulso sob a próxima administração, que seria a do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em 1995, o Brasil se uniu à Argentina, Paraguai e Uruguai, a fim de formar o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), formado por 200 milhões de pessoas, que valem mais de US \$ 1 trilhão. O acordo se propunha a cobrir tarifas de mais de 85%, de cerca de 9000 itens, com os 15% restantes a serem cobertos até 2003, e a cobertura total se daria até 2006.

O Brasil tem uma relação quase simbiótica com a Argentina, na qual este fornece gás natural, automóveis, e outros produtos; enquanto o primeiro exporta aço, calçados e produtos de papel (SOUZA, 2009).

Foi estabelecido, em 1999, pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços sendo responsável por vários assuntos dentre eles, formular, planificar e avaliar políticas públicas, a fim de promover a competitividade, o comércio exterior, o investimento, a inovação empresarial e o bem-estar do consumidor.

No mesmo ano, a Argentina programou restrições comerciais a certos produtos brasileiros, porque os preços estavam ridiculamente baixos em relação à desvalorização da moeda.

O Brasil respondeu colocando suas próprias barreiras comerciais no lugar. Tais medidas não soaram com tons de bom presságio para a comunidade do MERCOSUL. A Argentina estava em recessão, e suas consequências, no final de 2001, pioraram ainda mais a situação do MERCOSUL.

Além disso, o Brasil teve problemas consideráveis com seu sistema de distribuição elétrica, forçando o racionamento de eletricidade e complicando a produção. As *commodities* de exportação mais populares do Brasil são os veículos rodoviários de ferro e aço. O país também exporta uma quantidade substancial de minério de ferro, soja, carne e café (VEIGA, 2013).

### **Os desafios da política comercial internacional**

Embora o comércio exterior represente apenas 24,1% do seu PIB, o Brasil está entre os 25 maiores exportadores e importadores do mundo. O país tem um enorme potencial econômico ainda a ser explorado. O Brasil exporta principalmente produtos agrícolas e alimentícios (soja, café, açúcar, milho, carne), minerais, petróleo e veículos aéreos, ao passo que importa hidrocarbonetos, veículos, produtos químicos e farmacêuticos e produtos elétricos e eletrônicos.

No rol das exportações brasileiras, destacam-se a soja (11,8%), o minério de ferro (8,8%), os óleos de petróleo (7,6%), o açúcar de cana ou beterraba, a sacarose (5,2%), e os veículos automotores (3,1%), enquanto que suas principais importações são as de petróleo, óleos (7,9%), peças e acessórios para tratores e veículos automotores (3,6%), circuitos integrados eletrônicos e micro montagens (2,8%), carvão e similares (2,3%) e farmacêuticos (2,1%) (FERNANDES, FREUND, PIEROLA, 2016).

Os principais parceiros comerciais do país são a China, os Estados Unidos, o Japão, os países do MERCOSUL e da EU (União Europeia).

Desde a crise econômica brasileira (2013-2017), a economia tem sido pauta de destaque nas conversações políticas, especialmente em relação à globalização e às formas pelas quais a liberalização do comércio pode afetar o crescimento econômico.

Apesar de ser a maior economia da América Latina e a nona/oitava do mundo, o Brasil ainda é relativamente fechado em comparação com outras grandes economias, com baixa penetração comercial e baixo número de exportadores em relação à população (ALBORNOZ *et al.*, 2018).

A balança comercial do Brasil é estruturalmente positiva, mas declinou, nos últimos anos, devido a uma queda nos preços das matérias-primas, um aumento nas importações de energia e uma quebra na competitividade dos produtos brasileiros.

O saldo em conta corrente do Brasil representou -0,47% do PIB, em 2018, comparado a -0,6%, em 2017. Embora o Brasil tenha registrado déficits comerciais entre 2013 e 2015, o saldo se recuperou, desde meados de 2016.

As exportações de produtos básicos e manufaturados subiram em 2017 e 2018. Em 2017, a balança comercial de mercadorias chegou a US\$ 64 bilhões (Banco Mundial). Em 2018, a balança comercial brasileira encerrou 2018 em US\$ 58,3 bilhões, o segundo melhor desempenho desde 1989.

Como superpotência agrícola do mundo, o Brasil conduz uma política de comércio exterior muito particular, com o objetivo de conquistar mercados, preservando a todo custo sua posição influente (MARTELLO, 2019).

Quadro 1. Indicadores de comércio exterior

Indicadores de Comércio Exterior	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Importações de Bens</b> (milhões de USD)	250,556	239,152	178.798	143,474	157,476
<b>Exportações de Bens</b> (milhões de USD)	242.034	225.101	191.134	185,280	217.769
<b>Importação de Serviços</b> (milhões de USD)	81,053	85.916	68,921	63,750	66,293
<b>Exportações de Serviços</b> (milhões de USD)	36.482	39,047	32,989	33.300	33,677
<b>Importação de Bens e Serviços</b> (Variação% Anual)	7,2	-1,9	-14,2	-10,2	5,0
<b>Exportação de Bens e Serviços</b> (variação anual em%)	2,4	-1.1	6,8	1,9	5,2
<b>Importação de Bens e Serviços</b> (em% do PIB)	13,9	13,7	14.1	12,1	11,6
<b>Exportação de Bens e Serviços</b> (em% do PIB)	11,6	11,0	12,9	12,5	12,6
<b>Balança Comercial</b> (milhões de USD)	389	-6.629	17.670	45,037	64,028
<b>Balança Comercial (Incluindo Serviço)</b> (milhões de USD)	-45,984	-54,736	-19,276	14.590	30.178
<b>Comércio Exterior</b> (em% do PIB)	25,6	24,7	27,0	24,6	24,1

Fonte: OMC – Organização Mundial do Comércio: Banco Mundial, últimos dados disponíveis em 2019

Quadro 2  
Principais países clientes e fornecedores parceiros

Principais Clientes 2017 (% das Exportações)	
China	21,8%
Estados Unidos	12,5%
Argentina	8,1%
Países Baixos	4,2%
Japão	2,4%
Outros Países	51,0%
Principais fornecedores 2017 (% de importações)	
China	18,1%
Estados Unidos	16,7%
Argentina	6,3%
Alemanha	6,1%
Coreia do Sul	3,5%
Outros Países	49,4%

Fonte: COMTRADE, últimos dados disponíveis (consulta em 2019)

### Quadro 3. Produtos Principais

<b>217,7 mil milhões USD de produtos exportados em 2017</b>	
Soja, mesmo triturada	11,8%
Minérios de ferro e seus concentrados, incl. ferro torrado ...	8,8%
Óleos e óleos de petróleo obtidos a partir de ...	7,6%
Açúcar de cana ou beterraba e sacarose quimicamente pura, em ...	5,2%
Automóveis e outros veículos a motor principalmente ...	3,1%
<b>Outros produtos</b>	<b>63,4%</b>
<b>150,8 mil milhões de USD de produtos importados em 2017</b>	
Óleos e óleos de petróleo obtidos a partir de ...	7,9%
Peças e acessórios para tratores, veículos automóveis ...	3,6%
Circuitos integrados eletrônicos e micro montagens	2,8%
Carvão; briquetes, ovoides e combustíveis sólidos semelhantes ...	2,3%
Medicamentos consistindo de misturado ou não misturado ...	2,1%
<b>Outros produtos</b>	<b>81,4%</b>

Fonte: COMTRADE, últimos dados disponíveis (consulta em 2019)

De acordo com Thorstensen, Ferraz, Rêgo (2018), o Brasil enfrenta os seguintes desafios no comércio internacional:

- Modelo de comércio de um país fechado e esgotado;
- Isolamento nas cadeias globais de valor e relutância à modernização, à abertura e à digitalização da economia;
- Crise política e fiscal, ciclos de recessão; e,
- Desemprego; baixo investimento; baixa produtividade; queda da participação da indústria no produto interno bruto (PIB); e concentração de exportações em bens agrícolas e minerais.

Para reintegrar o Brasil ao mundo, demandam-se medidas que permitam o avanço da competitividade e da inovação, atrelando-as a uma agressiva política de comércio exterior, tais como:

- Abertura gradual da economia via acordos preferenciais de comércio com países detentores de tecnologia com ênfase na área digital;
- Adesão aos acordos plurilaterais da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre bens de informática e de compras governamentais;
- Modernização de todos os regimes de origem, com o fim das listas de exceções;
- Eliminação das medidas de conteúdo local e redução das margens de preferência nas compras públicas;
- Entrada nas negociações do acordo plurilateral em serviços e de comércio digital;
- Política de integração a cadeias globais e regionais de valor; e,
- Maior alinhamento de regulamentos e normas técnicas, sanitárias e fitossanitárias aos similares internacionais via estratégia de convergência regulatória.

Segundo Ferraz, Ornelas, Pessoa (2018), a situação, em termos de comércio internacional, não são boas. O Brasil possui muito poucos parceiros em acordos de livre comércio, e esses são também relativamente pouco importantes para a economia do país.

A economia brasileira paga um alto preço em termos de produtividade perdida, devido à falta de abertura comercial. A abertura comercial poderia ser mitigada com políticas públicas que facilitassem a mobilidade da mão-de-obra e a migração de empregos.

Os benefícios da abertura comercial também dependeriam de melhorias de políticas em áreas complementares, como investimentos em infraestrutura, ambiente de negócios e outros (OLIVEIRA, 2010).

A falta de concorrência e o baixo desempenho de produtividade têm motivos internos que vão além do fechamento do comércio externo: baixo investimento em infraestrutura; ambiente de negócios hostil; distorções no financiamento de longo prazo e baixa qualidade dos gastos públicos em educação.

As mudanças nessas áreas seriam uma pré-condição para que os benefícios de uma maior integração comercial fossem plenamente realizados, mas essas melhorias já são necessárias por si mesmas (CANUTO, 2016).

Em vez de políticas corporativas de apoio para compensar as desvantagens competitivas, resultantes do peso desses aspectos e outras metas – políticas cujo

custo fiscal – foi estimado em 4,5% do PIB e, em 09 vezes, as despesas com transferências monetárias condicionais em 2015.

Daí seria necessário adotar políticas voltadas para elevar a produtividade e suavizar os processos de realocação de trabalhadores (DUTZ, 2018).

Além da agenda de superação dos impedimentos internos para maior concorrência e aumento da produtividade, muito pode ser feito na política comercial, ainda que sem um cenário global favorável aos gestos unilaterais. E, mesmo sem a eliminação total das tarifas de importação, com o anúncio e gradualismo antecipados, a estrutura tarifária brasileira em vigor pode ser simplificada, reduzindo-se o número de níveis tarifários e os custos de importação de bens intermediários e de capital, o que resultaria em picos mais baixos de taxas efetivas de proteção.

Os requisitos de conteúdo local existentes podem ser revisitados. A carga tributária sobre as exportações, incluindo créditos fiscais devidos, pode ser mitigada.

Restrições e impostos altos impostos sobre as importações de serviços financeiros e profissionais, que servem como insumos fundamentais para a produção e exportação, podem ser aliviados (AZEVEDO, RIBEIRO, 2018).

Deve-se notar que, sem entrar em conflito com as regras vigentes no MERCOSUL, há espaço disponível para isso, o que não exclui, evidentemente, iniciativas adicionais para reduzir as barreiras não tarifárias entre os membros e as barreiras tarifárias conjuntas *vis-à-vis* aos países parceiros do MERCOSUL (ALBORNOZ *et al.*, 2018).

No caso de alinhamento de barreiras não tarifárias com países membros do MERCOSUL e queda de 50% nas tarifas relativas a países fora do bloco regional, quase 06 milhões de brasileiros poderiam superar a linha de pobreza, que os confina a uma renda de US\$ 5,50 por dia.

### **Vantagens e desvantagens do comércio internacional**

A maior inserção do Brasil no comércio internacional deverá trazer ganhos tecnológicos, possibilitando a redução de custos de produção e reduzindo a necessidade de apoio do Estado, bem como atuando como indutor da simplificação e redução da carga tributária.

Uma boa política de comércio exterior brasileira pode produzir inúmeras vantagens. Dentre estas vantagens pode-se citar:

- Uso ótimo dos recursos naturais;
- Disponibilidade de todos os tipos de mercadorias;
- Especialização;
- Vantagens da produção em grande escala;
- Estabilidade nos preços;
- Intercâmbio de *know-how* técnico e estabelecimento de novas indústrias;
- Aumento da eficiência;
- Desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação;
- Cooperação internacional e compreensão;
- Capacidade de enfrentar calamidades naturais; e,
- Outras vantagens.

O comércio exterior equaliza os preços das mercadorias em todo o mundo. Os países em desenvolvimento podem importar as máquinas mais recentes e saber como são do mundo desenvolvido. Eles podem assim, rapidamente, quebrar o círculo vicioso da pobreza (FONSECA JÚNIOR, 2016).

O comércio internacional desencoraja a formação de monopólios em um país. À medida que o comércio exterior se expande, cria empregos e oferece melhores oportunidades de emprego para as pessoas, dentro e fora do país (LAMPREIA, 2016).

O comércio exterior tem também seus perigos ou desvantagens, os quais não devem ser ignorados. As principais ressalvas são:

- Impedimento no Desenvolvimento das Indústrias de Origem;
- Dependência Econômica;
- Dependência Política;
- Melhor utilização de recursos naturais;
- Importação de Bens Nocivos;
- Armazenamento de mercadorias;
- Perigo para a Paz Internacional;
- Guerras Mundiais; e,
- Dificuldades em tempos de guerra.

O comércio internacional pode promover o desenvolvimento desequilibrado de um país, uma vez que apenas os bens que têm vantagem comparativa de custo são produzidos em um determinado parque industrial.

Devido à importação de mercadorias do exterior, as indústrias nascentes de um país não são capazes de crescer e sobreviver. As nações subdesenvolvidas dependem dos países mais desenvolvidos para a importação de máquinas, tecnologia etc., os países desenvolvidos exploram os países mais fracos e cobram preços muito altos deles (LAMPREIA, 2016). Com isso, põe-se em perigo a independência, o comércio exterior, e se encoraja a escravidão.

Se houver uma exportação excessiva de recursos naturais, como ferro, por exemplo, os recursos de um país serão exauridos em um curto espaço de tempo, e o país sofrerá economicamente em longo prazo.

Por outro lado, sob o ponto de vista econômico, o comércio exterior cria certa rivalidade entre as nações competidoras do mundo. Isso pode levar à má vontade, ódio e, eventualmente, a guerras entre eles. Isso perturba a paz mundial. Os países desenvolvidos incentivam as nações em desenvolvimento a fazer concessões tarifárias e reduzir as restrições às importações, além de adotar o livre comércio.

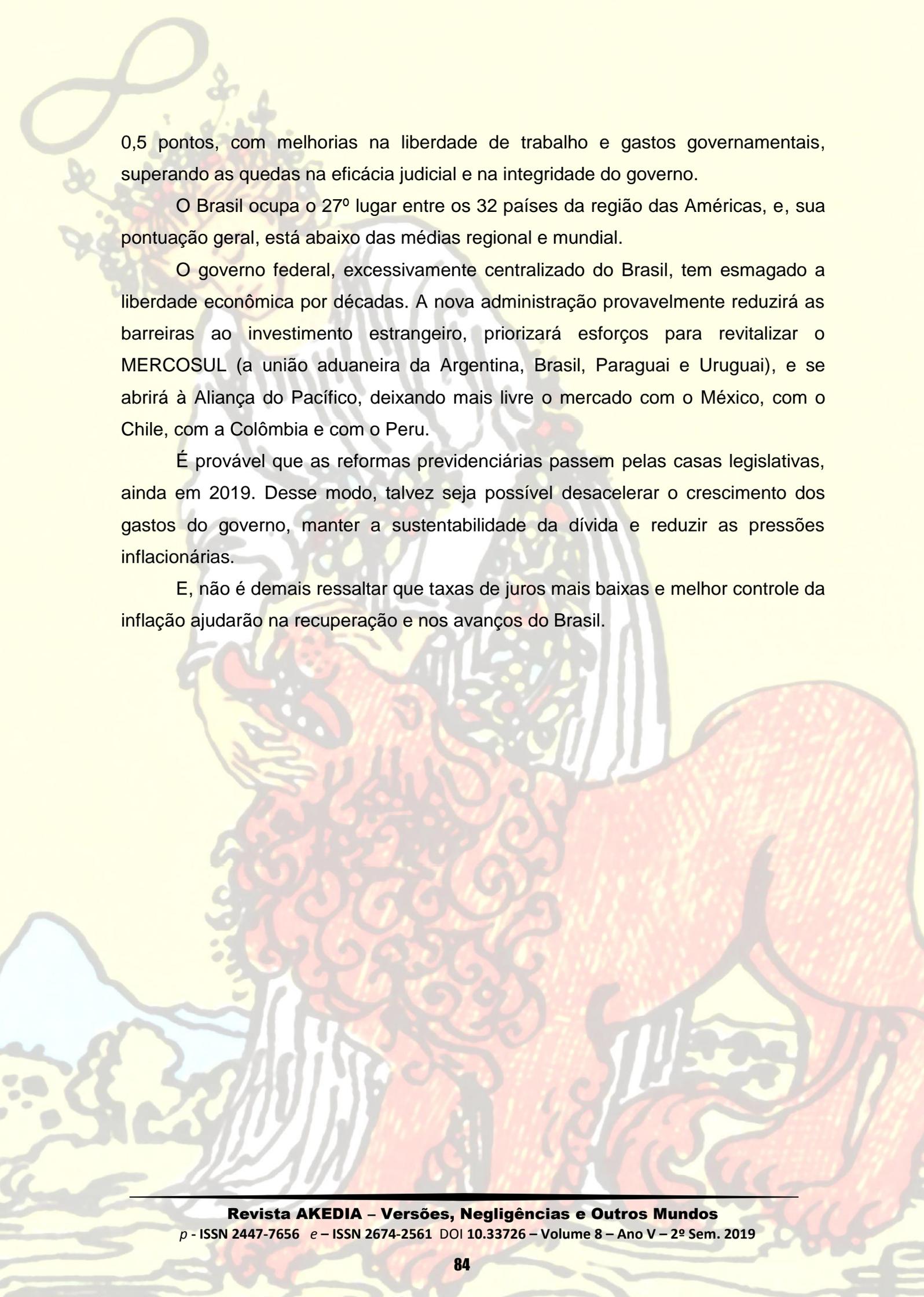
Se os países em desenvolvimento são atraídos e concordam em aderir a tais acordos, eles sofrem economicamente em longo prazo (FONSECA JÚNIOR, 2016).

Porém, uma das principais razões do desenvolvimento acelerado do comércio exterior, é que, hoje em dia, os bens são produzidos por meio de várias tecnologias avançadas e em muitos países social e tecnologicamente desenvolvidos. Igualmente, uma das principais razões para o estabelecimento de discórdias humanitárias e comerciais entre as nações, é o fato de que o país que não possui recursos e ou tecnologia de ponta para a importação de bens das nações desenvolvidas, inevitavelmente, terá seu desenvolvimento atrasado e ficará econômica e socialmente em desvantagem (LIMA, SANTOS, 2017).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No Brasil, o valor combinado de exportações e importações ainda é igual a 24,1% do PIB. A tarifa média aplicada é de 8,0%. Em 30 de junho de 2018, de acordo com a OMC, o Brasil tinha 634 medidas não tarifárias vigentes.

A pontuação de liberdade econômica do Brasil é de 51,9, tornando sua economia a 150ª mais livre no Índice de 2019. Sua pontuação geral aumentou em



0,5 pontos, com melhorias na liberdade de trabalho e gastos governamentais, superando as quedas na eficácia judicial e na integridade do governo.

O Brasil ocupa o 27º lugar entre os 32 países da região das Américas, e, sua pontuação geral, está abaixo das médias regional e mundial.

O governo federal, excessivamente centralizado do Brasil, tem esmagado a liberdade econômica por décadas. A nova administração provavelmente reduzirá as barreiras ao investimento estrangeiro, priorizará esforços para revitalizar o MERCOSUL (a união aduaneira da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), e se abrirá à Aliança do Pacífico, deixando mais livre o mercado com o México, com o Chile, com a Colômbia e com o Peru.

É provável que as reformas previdenciárias passem pelas casas legislativas, ainda em 2019. Desse modo, talvez seja possível desacelerar o crescimento dos gastos do governo, manter a sustentabilidade da dívida e reduzir as pressões inflacionárias.

E, não é demais ressaltar que taxas de juros mais baixas e melhor controle da inflação ajudarão na recuperação e nos avanços do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, F. *et al.* "Exportação sequencial". *Of International Economics*, v. 88, p. 17–31, 2018.

ALBUQUERQUE, J. A. G. Os desafios de uma ordem internacional em transição. In: LESSA, A. C.; ALTEMANI, H. *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 1., p. 35-56.

AMORIM, C. *Entrevista*. Desafios do desenvolvimento. Brasília, n. 61, p. 10-21, maio/jun. 2010.

AZEVEDO, R. C.; RIBEIRO, H. M. O Brasil e o mecanismo de solução de controvérsias da OMC. In: LIMA, M. L. L. M. P.; ROSENBERG, B. (Org.). *Solução de controvérsias: o Brasil e os contenciosos na OMC – tomo I*. São Paulo: Saraiva, 2018. p. 1-10.

CANUTO, O. *O que está afligindo a economia brasileira?* Publicado em CFI.co. Nov. 2016. Disponível: <https://cf.co/fnança/2016/11/otaviano-canuto-mundo-banco-whats--a-economia-brasileira>. Acesso em janeiro de 2018.

CERVO, A. L. *Inserção internacional: formação de conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2012.

DUTZ, M.A. *Emprego e crescimento: agenda de produtividade do Brasil*. Desenvolvimento Internacional em Foco; Washington, DC: Banco Mundial. 2018. Disponível para download: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/2980>. Acesso em janeiro de 2018.

FERRAZ, Lucas Pedreira do Couto; ORNELAS, Emanuel Augusto Rodrigues, PESSOA, João Paulo Cordeiro de Noronha. *Política Comercial Brasileira: Estratégias de inserção internacional*. 249 fls. 2018. Fundação Getúlio Vargas, Escola de Economia de São Paulo, 2018.

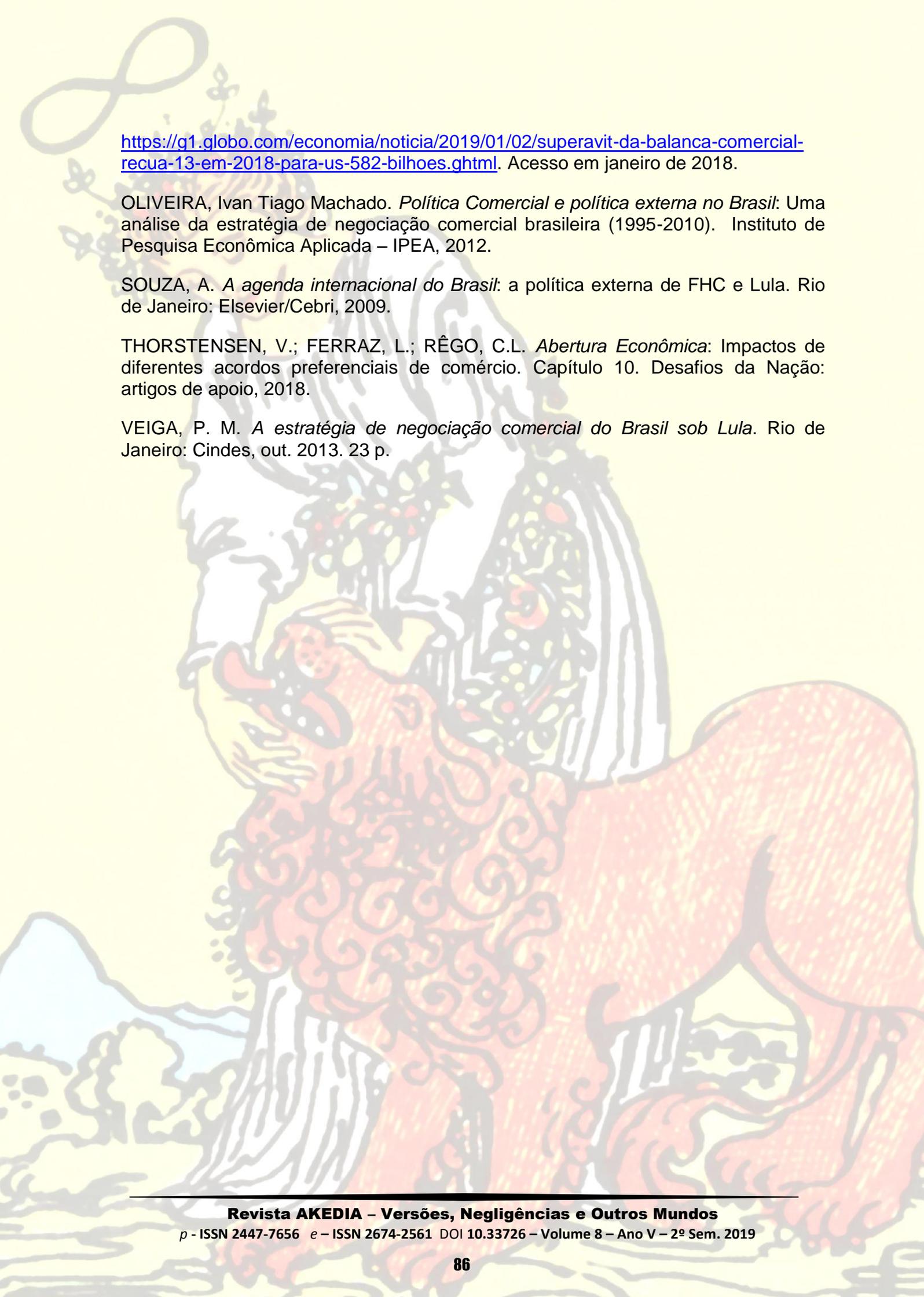
FERNANDES A., FREUND, CE, PIEROLA, M. Comportamento do Exportador, Tamanho do País e Estágio de Desenvolvimento: Evidências do Banco de Dados Dynamics do Exportador. *Journal of Development Economics*, 119 (C), 121-137, 2016.

FONSECA JÚNIOR, G. *A legitimidade e outras questões internacionais*. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

LAMPREIA, L. F. P. *O Brasil e os ventos do mundo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2016.

LIMA, M. R. S.; SANTOS, F. O Congresso e a Política de Comércio Exterior. *Lua Nova*, n. 52, p. 121-149, 2017.

MARTELLO, A. *Superávit da balança comercial recua 13% em 2018, para US\$ 58,3 bilhões*. 2018. Disponível em:



<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/02/superavit-da-balanca-comercial-recua-13-em-2018-para-us-582-bilhoes.ghtml>. Acesso em janeiro de 2018.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. *Política Comercial e política externa no Brasil: Uma análise da estratégia de negociação comercial brasileira (1995-2010)*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2012.

SOUZA, A. *A agenda internacional do Brasil: a política externa de FHC e Lula*. Rio de Janeiro: Elsevier/Cebri, 2009.

THORSTENSEN, V.; FERRAZ, L.; RÊGO, C.L. *Abertura Econômica: Impactos de diferentes acordos preferenciais de comércio*. Capítulo 10. Desafios da Nação: artigos de apoio, 2018.

VEIGA, P. M. *A estratégia de negociação comercial do Brasil sob Lula*. Rio de Janeiro: Cindes, out. 2013. 23 p.